

A pesquisa, a pós-graduação e a cooperação acadêmica nas regiões Norte e Nordeste: trajetórias e desafios¹

The research, the post-graduation and the academical cooperation in the Northern and Northeastern regions of Brazil: trajectories and challenges

Nadia Hage Fialho
Universidade do Estado da Bahia

212

Nessa oportunidade em que homenageamos o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEEd/UFRN), quero conversar um pouco com vocês sobre uma história, sobre caminhos e caminhantes, sobre pessoas e processos que deixam exemplos nas caminhadas. Para começar, destaco a expressão “cooperação acadêmica,” contida no título, a qual será aqui tomada como o eixo de abordagem dos temas ali anunciados. Vamos conversar sobre pesquisa e Pós-Graduação nas regiões Norte e Nordeste, a partir de situações que fazem parte das nossas vidas acadêmicas. Situações que ergueram referências balizadoras para nossa caminhada. Vamos falar de uma lição, de uma lição acadêmica.

Destacarei, para tanto, o exemplo de “cooperação acadêmica” que o PPGEEd/UFRN deixou em todos nós. Gostaria de pedir a paciência e a permissão de vocês para arriscar-me na recomposição de algumas histórias. Para começar, gostaria de ilustrar, sob uma dada perspectiva, o sentido do dizer do por em palavras, em momentos como esses que vivenciamos agora, encontros acadêmicos como esses, num movimento que vai em busca de um sentido para o quê fazemos quando se trata de dizermos coisas uns aos outros. O filósofo André Comte-Sponville (1997, p. 14), professor da Universidade Paris I (Panthéon-Sorbonne), explica-nos assim: “A vida é curta demais para contentar-se com palavras. E difícil demais, porém, para dispensá-las.”

As palavras não são suficientes, mas precisamos delas, somos seres da linguagem. É impossível esquecer, pois, que a ciência é um produto humano e que o conhecimento científico é construindo por todos nós, em meio a processos sociais, em contextos de lutas e resistências, os quais têm suporte



nas relações interpessoais. O ambiente em que tudo isso ocorre precisa ser um ambiente de cooperação acadêmica. É ele que nutre de energia o cotidiano desafiador, que impõe reflexão e paciência no lugar onde o cansaço impera. É ele ainda que subtrai do convívio familiar tantas horas para recompensá-lo no coleguismo leal e na amizade sincera que nascem do compromisso com o trabalho e da responsabilidade com a educação.

Esta é uma história que se ambienta no bom dia – até logo – até amanhã – na pauta da reunião – no próximo edital – itinerários de confiança, de credibilidade, de respeito que sustentam as parcerias institucionais parcerias que nascem das mãos que acolhem e sustentam relações interpessoais.

O PPGEd/UFRN nasce numa universidade que teve sua origem em 1958, ainda como Universidade do Rio Grande do Norte, então uma universidade estadual que foi federalizada em 1960. Ou seja, nasce aos 34 (trinta e quatro) anos desta universidade federal que acompanha o modelo então vigente de constituição das universidades brasileiras: aglutinava um conjunto de escolas de nível superior já existentes (a exemplo da Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Engenharia). Era uma instituição estadual que se transformou numa instituição federal na expansão que se deu, no País, nos anos sessenta; mudou sua estrutura com a Reforma de 1968, substituindo o modelo de faculdades por centros acadêmicos. Nos anos de 1970, começou a implantação do seu campus central. Hoje, inaugura seu espaço próprio, coroando uma larga trajetória de lutas, êxitos e desafios.

Essa história tem raízes. O sistema de ensino superior no Brasil sempre manteve a tendência por um enquadramento uniforme na sua morfologia organizacional: do Império à Primeira República, apresentava uma configuração formada por faculdades ou escolas profissionais isoladas; até os anos de 1930, adotava o modelo de “universidade”, como referência. Somente há cerca de 10 (dez) anos, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, é que se tem anunciada uma tipologia mais diversificada composta por universidades – centros de ensino superior – outras formas de organização. A proposta do PPGEd/UFRN já inova aqui, nas suas morfologias acadêmicas e organizacionais.

A classificação atual, mais detalhada e complexa distingue as instituições por organização administrativa, organização acadêmica e quanto

à formação: dentre as instituições universitárias, situa as universidades e os centros universitários e, como não-universitárias, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), os Centros de Educação Tecnológica (CET), as Faculdades Integradas, as Faculdades Isoladas e os Institutos Superiores de Educação. De um modo geral, é possível reconhecer que a classificação atual diversificou a compreensão sobre o ensino superior ao admitir variadas modalidades de formação nesse nível, mas, por outro lado, também se pode perceber que ela manteve a diferenciação “universitário” e “não-universitário”, ainda que tivesse incluído o centro universitário no mesmo patamar de organização acadêmica que a universidade (embora, nele, diferenciado também por um conjunto de outros fatores).

Ou seja, tudo o que diverge do modelo “universitário” se distingue como algo que se diferencia na indicação da sua própria natureza (não-universitário). E, espera-se, creio, que o alargamento da noção “formação de nível superior” tenha uma melhor acolhida e, portanto, uma menor resistência ou rejeição do que a que se deu com relação aos formatos anteriores (licenciaturas curtas, tecnólogos) e que parece dar-se, ainda, com os cursos seqüenciais (e aqui lembro também da especialização e dos mestrados profissionais). É, a meu ver, ainda uma questão a ser acompanhada e pensada.

Mas, se o sistema pretende-se diversificado na sua morfologia organizacional e acadêmica, é desigual na sua configuração geográfica, aspecto que foi exaustivamente tratado por Milton Santos, ao estudar o território brasileiro, identificando zonas de concentração e de escassez na distribuição das competências acadêmicas e dos acréscimos de técnicas e informações. Lamentavelmente, esse ainda é um ponto não adequadamente tratado pelas políticas governamentais e pelos processos de aferição de desempenho, os quais continuam insistindo em re-investir onde há capacidade instalada, descurando do fomento e do apoio às iniciativas de grande impacto social. Ao demonstrar o risco de seguir perpetuando o hiato entre essas zonas de concentração e escassez, Milton Santos apontava, de modo claro, para os desequilíbrios regionais, para as desigualdades sociais.

Mas, há ainda, uma outra razão histórica de grande monta: aqui reside, a meu ver, uma das mais importantes lutas – senão a maior – pela universidade brasileira, que foi a liderada por Anísio Teixeira. Com o seu extraordinário dinamismo e sabedoria, Anísio Teixeira denunciava a tardança do Brasil para implantar a universidade e foi quem mais diretamente lan-



çou, no ambiente da educação superior do Brasil, a pesquisa atribuindo-lhe presença obrigatória, base estruturante para uma instituição que precisava diferenciar-se do modelo tradicional, da cultura ornamental, estranho ao processo de construção da cultura nacional, como ele se referia.

A pesquisa adentra a universidade brasileira como base do sistema de Pós-Graduação. E aqui inova o PPGEd/UFRN também, com uma modalidade avançada que desafia, até hoje, os formatos acadêmicos adotados pelo sistema nacional de Pós-Graduação. No país, Pós-Graduação e pesquisa vão se constituindo eixos da formação superior universitária; mas esse é ainda um processo muito recente, ainda sujeito a muitos percalços, o que coloca a área da educação numa posição muito delicada.

É certo que há, já, um investimento substantivo na área da pesquisa e o cuidado em garantir recursos especificamente destinados às regiões Norte e Nordeste, como ilustra o recente Edital (MCT/CT-INFRA/CT-ENERG/CNPq de 07/2006), o qual incluiu também, a região Centro-Oeste e o Estado do Espírito Santo. Mas as medidas para assegurar a sustentabilidade da Pós-Graduação e da pesquisa em regiões como as do Norte e do Nordeste ainda são recentes e precisam ser necessariamente combinadas, articuladas com uma gama de fatores sob pena de não alcançar o devido êxito. Na área da educação, os requisitos de sustentabilidade são ainda mais frágeis e tornam a área mais vulnerável até mesmo em razão da sua complexidade, pouco compreendida, aliás, mesmo nos fóruns de decisão da política nacional para a educação, ciência e tecnologia.

Pois bem, tomando como medida o Parecer do Conselho Federal de Educação, nº 977, de 3 de dezembro de 1965, a Pós-Graduação no Brasil acaba de comemorar 40 (quarenta) anos. E o PPGEd/UFRN completa 12 (doze) anos, integrando, já, um universo onde é visível a expansão da Pós-Graduação que se deu no período: mais de dois mil programas implantados e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Mas a despeito de todas as referências sobre a expansão e a qualidade do sistema, são 2.297 (dois mil duzentos e noventa e sete) Programas recomendados pela (CAPES) distribuídos de forma heterogênea, desigual, em todo o território nacional: Centro-Oeste (6,9%), Nordeste (16,76%), Norte (4,1%), Sudeste (52,19%) e Sul (19,98%).

Como dizem, também, Betania Leite Ramalho e Vicente de Paulo Carvalho Madeira (2005, p. 75): "O notório desequilíbrio da pós-graduação ente as regiões é apenas um aspecto do desequilíbrio total de um país desigual e injusto, por força do modelo de desenvolvimento econômico e social historicamente implantado." Vejamos, nos quadros² a seguir, apresentados pela CAPES, como se expressa essa configuração:

Região	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Centro-Oeste	159	86	2	15	56	215	142	58	15
Nordeste	385	215	10	30	130	515	345	140	30
Norte	95	65	1	5	24	119	89	25	5
Sudeste	1.199	350	22	95	732	1.931	1.082	754	95
Sul	459	218	7	33	201	660	419	208	33
BRASIL	2.297	934	42	178	1.143	3.440	2.077	1.185	178

Fonte: CAPES

Do ponto de vista da organização da Pós-Graduação, os programas se dividem por Grande Área de Conhecimento, sendo Ciências Humanas (que incorpora a área da Educação) a segunda maior Grande Área em termos de programas e cursos, conforme se pode visualizar no quadro a seguir.



Grande Área	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Ciências Agrárias	253	98	3	4	148	401	246	151	4
Ciências Biológicas	205	46	2	8	149	354	195	151	8
Ciências da Saúde	420	125	18	36	241	661	366	259	36
Ciências Exatas e da Terra	239	95	3	9	132	371	227	135	9
Ciências Humanas	320	152	4	5	159	479	311	163	5
Ciências Sociais Aplicadas	283	154	0	36	93	376	247	93	36
Engenharias	264	110	3	29	122	386	232	125	29
Linguística, Letras e Artes	128	61	0	1	66	194	127	66	1
Outras	185	93	9	50	33	218	126	42	50
BRASIL	2.297	934	42	178	1.143	3.440	2.077	1.185	178

Fonte: CAPES

Considerando o conjunto na Grande Área das Ciências Humanas, a nossa Área de Educação encontra-se, hoje, composta por 78 Programas de Pós-Graduação, sendo 33 programas com mestrados e doutorados, 45 com mestrados, num total de 111 cursos.



Grande Área de Ciências Humanas									
Área (Área de Avaliação)	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Antropologia (Antropologia / Arqueologia)	15	4	0	1	10	25	14	10	1
Arqueologia (Antropologia / Arqueologia)	1	0	0	0	1	2	1	1	0
Ciência Política (Ciência Política)	18	7	0	1	10	28	17	10	1
Educação (Educação)	78	45	0	0	33	111	78	33	0
Filosofia (Filosofia / Teologia: Subcomissão Filosofia)	31	18	1	0	12	43	30	13	0
Geografia (Geografia)	32	17	0	0	15	47	32	15	0
História (História)	40	17	0	1	22	62	39	22	1
Psicologia (Psicologia)	54	26	1	0	27	81	53	28	0
Sociologia (Sociologia)	39	13	2	1	23	62	36	25	1
Teologia (Filosofia/Teologia: Subcomissão Teologia)	12	5	0	1	6	18	11	6	1
Total de Ciências Humanas	320	152	4	5	159	479	311	163	5

Fonte: CAPES

Hoje, comemoramos a trajetória do PPGEd/UFRN. Trajetória na qual entrelaçou a sua própria história na história de muitos Programas de Educação das regiões Norte e Nordeste. Desde o Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) –, final dos anos de 1960 e início da década de 1970, até os inícios do mestrado, no final da década de 1970 e a instalação do doutorado, em 1994, como relatam Betania Leite Ramalho e Vicente de Paulo Carvalho Madeira (2005) e Arnon Andrade (2005), o – enfrenta os desafios da sua institucionalização segundo um modelo inovador perante o conjunto da Pós-Graduação brasileira e, “simultaneamente”, desenvolve inúmeros processos de cooperação acadêmica, acolhendo vá-



rias demandas, oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação das regiões Norte e Nordeste.

Nada disso foi fácil nem simples. Desde a transferência do então mestrado (Projeto SACI) para a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) até a modalidade curricular construída a partir das bases de pesquisa, tudo é desafio e luta. E foi assim que uma lição acadêmica inovadora foi sendo ministrada para toda uma comunidade, mediante um intensivo programa de cooperação acadêmica que abraçou instituições locais e se estendeu pelas diferentes regiões do País, buscando formar quadros de docentes/pesquisadores para os níveis de Especialização, Mestrado e Doutorado.

Desde 1994 até o presente ano, o PPGEd/UFRN vem adotando uma política de consolidação externa e interna de sua proposta formativa, em seus diferentes níveis. Assumiu como meta, paralelamente, contribuir para o fortalecimento da Pós-Graduação e da pesquisa nas regiões Norte e Nordeste, como forma de elevar o nível da produção acadêmica junto aos programas de Pós-Graduação. Nessa perspectiva, vem firmando convênios no intuito de formar mestres e doutores, dando prioridade às Instituições de Ensino Superior Federais e Estaduais das Regiões Norte e Nordeste.

Aqui, para ilustrar, vou destacar alguns exemplos, a partir de um levantamento feito com a colaboração da Profa. Dra. Márcia Gurgel (atual coordenadora do PPGEd/UFRN):

Convênio com a Universidade Federal do Piauí, período 2000 a 2003 para formação de 4 docentes em nível de doutorado, envolvendo 3 professores da Linha de Pesquisa Formação e Profissionalização Docente.

Desenvolvimento de 7 Programas de Qualificação Institucional (PQI) com as Universidades Federais de Sergipe, Maranhão, Piauí, Pará, Paraíba, Roraima e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no período de 2003 a 2008, que contribuem para a formação de 29 novos doutores, docentes dessas Instituições. Essas cooperações têm possibilitado missões de trabalho, provocando o intenso diálogo e a articulação dos 17 (dezessete) docentes das diferentes Linhas de Pesquisa Formação e Profissionalização Docente, Estratégias de Pensamento e Produção do Conhecimento, Práticas Pedagógicas e Currículo, Políticas e Práxis da Educação, Cultura e História da Educação, Educação, Linguagens e Formação do Leitor do PPGEd/UFRN com os Grupos de Pesquisa de expressão na área vinculados às referidas

Instituições, abrindo espaços para produções conjuntas e intercâmbios. Assim, o Programa tem garantido a participação de docentes em missões de trabalho, desenvolvendo atividades acadêmicas como seminários, ateliês, palestras, co-orientações e bancas examinadoras.

1 Curso de Especialização Interinstitucional com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campi de Juazeiro, enfoca o Ensino da Comunicação, coordenado por docentes da Linha de Pesquisa, Educação Linguagens e formação do leitor, voltado para a formação de professores para os Cursos de Comunicação Social da Região.

Convênio com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campi de Vitória da Conquista, com a aprovação de 7 docentes, no período de 2005 a 2008, para cursar o doutorado. Esse convênio envolve 5 docentes das Linhas de Pesquisa Práticas Pedagógicas e Currículo, Formação e Profissionalização Docente, Estratégias de Pensamento e Produção do Conhecimento, Educação Matemática.

O Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) aprovado em 2006 com a Universidade Federal do Maranhão e a Universidade Federal do Pará, envolvendo pesquisadores da Linha de Pesquisa Políticas e Práxis da Educação do PPGEd.

Participação no projeto de curso de mestrado novo enviado a CAPES pela Universidade Federal de Campina Grande, como Universidade associada, envolvendo 7 (sete) docentes pesquisadores das Linhas de Pesquisa Práticas Pedagógicas e Currículo, Formação e Profissionalização Docente e Políticas e Práxis da Educação do PPGEd/UFRN.

E, além dos convênios institucionais, o Programa vem absorvendo uma demanda considerável de mestrandos e doutorandos do País inteiro (em especial das duas Regiões Norte e Nordeste), provenientes de Estados como Pará, Bahia, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Tocantins, Acre, Roraima, Maranhão, Goiás, Rio Grande do Sul, sem falar dos inúmeros alunos dos diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Esses exemplos trazem algo mais do que a ilustração de atividades acadêmicas, realizadas de acordo com a ritualística universitária. Há um sentido de generosidade, justiça e solidariedade que recobre a cooperação acadêmica do PPGEd/UFRN. É preciso saber reconhecer esse sentido, pois ele nos diz também de uma consciência ampliada, de uma visão alargada



para poder enfrentar o grande desafio que é o de construir relações interpessoais e de parceria institucional capazes de montar bases sólidas para a educação nas regiões Norte e Nordeste, para fixar articulações entre a educação superior e a educação básica.

Um sentido de generosidade que é preciso saber, saborear, receber, acolher e que é mais do que a própria justiça ou solidariedade. A generosidade, diz-nos o filósofo – quiçá poeta também – que me acompanha nesta jornada é como “um suplemento da alma”. (COMTE-SPONVILLE, 1997, p. 97). É diferente até da justiça porque é um agir, não em função de uma ordem, de um dispositivo da lei, mas da solidariedade, da opção por um caminho, da escolha: “A generosidade parece dever mais ao coração ou ao temperamento; a justiça, ao espírito ou à razão.” (COMTE-SPONVILLE 1997, p. 97). Mas a generosidade é ainda algo diferente: não se detém no ato solidário, de tornar-se igual, de emprestar algo por reconhecer-se solidário a alguém, a uma causa. O ato é generoso porque reconhece que há um outro e porque quer que esse outro seja mais do que ele é. A generosidade é algo que promove alguém.

Essa não é uma opção simples, sobretudo, quando realizada num contexto em que tudo é nascente, inclusive o próprio PPGEd/UFRN. Assim como é recente, no Brasil, a história das nossas universidades, mais novos ainda são os campos da pesquisa e da Pós-Graduação.

O Parecer do Conselho Federal de Educação nº 977, de 3 de dezembro de 1965 (de que falamos acima), surgiu cerca de cinco anos após o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitscheck. É importante lembrar aqui que esse Plano de Metas veio logo após a criação do Conselho Nacional de Pesquisas³ (1951) e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (1952). Lembra-nos Neidson Rodrigues (1987, p. 16) que “[...] apenas no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) aproxima-se a educação do projeto de desenvolvimento, ao se formular um plano educacional voltado para a formação de técnicos necessários ao sucesso do projeto.” Trata-se, pois, de processos recentes, que se dão pouco antes da eclosão do golpe militar de 1964.

Por sua vez, foi no período dos governos militares que se registrou a expansão da Pós-Graduação e da pesquisa, um outro desafio também para nossas pesquisas sobre a nossa história, luta e resistência e sobre as realida-

des educacionais, especificamente falando, e sociais com as quais hoje nos deparamos. Por exemplo, somente em 1968, a pesquisa técnico-científica foi incluída como área prioritária dentre as políticas de governo, fazendo parte, então, do Plano Estratégico de Desenvolvimento para 1968-1970.

A partir de então, surgiram o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), (substituindo o Fundo Tecnológico (FUNTEC), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)), a Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), as redes de pesquisa (a exemplo do Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES), Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), Instituto de Energia Nuclear (IEN), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)). Nessa mesma época, ocorreu a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ainda no período 1973-1974, passou a vigorar o primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT). E, a ele, seguiram-se diversos planos, (Planos Nacionais de Desenvolvimento, Planos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Programas Estratégicos de Desenvolvimento) dentre outros, os quais se constituíram como importantes instrumentos de formulação de políticas para o setor tanto quanto explicitaram concepções que tocam, de modo especial, a problemática relação educação x desenvolvimento, que nos interessa, mais de perto.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (1º PNPG) vigorou pelo período de 1975-1980. Enfatizava, à época, a preparação de quadros para o magistério superior. Foi no período do primeiro PNPG que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) foi fundada em 1976, a partir da base constituída por alguns Programas de Pós-Graduação da área da Educação, consolidando-se, em 1979, como sociedade civil e independente, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Educação) e sócios individuais (professores, pesquisadores e estudantes de Pós-Graduação em educação).

Em 1980, como assinalam Ramalho e Madeira (2005, p. 73), “O Nordeste contava com cinco cursos de mestrado em educação, todos enfrentando as dificuldades de sua própria marginalidade em um sistema com alto nível de centralização e concentração no Sudeste.” Hoje, as regiões Norte e Nordeste contam com 14 programas de Pós-Graduação em educação nas distribuídos nas seguintes universidades: Universidade Estadual



do Ceará (UECE); Universidade do Estado do Pará (UEPA); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

É importante, portanto, rever dados relativos aos finais dos anos de 1980, considerando as regiões do Brasil, conforme documento apresentado na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 1991, sobre o atraso tecnológico no País, que indicava seguinte panorama:

- Distribuição regional dos 18.000 doutores do País (1988): Norte (2%), Nordeste (13%), Sul (15%), Sudeste (66%) e Centro-Oeste (4%);
- Distribuição regional dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) / Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) (1988): Norte (0,59%), Nordeste (13,8%), Sul (14,2%), Sudeste (67,2%) e Centro-Oeste (3,0%);
- Distribuição regional das bolsas da CAPES (1987): Norte (0,26%), Nordeste (3,91%), Sul (10%), Sudeste (84,7%) e Centro-Oeste (0,97%);
- Distribuição regional das bolsas do CNPq (1988): Norte (1,9%), Nordeste (15,2%), Sul (13,8%), Sudeste (63,3%) e Centro-Oeste (5,67%).

Como se verifica, a região Sudeste foi dotada de requisitos e competências acadêmicas sempre superiores à soma de todos os recursos então destinados às demais regiões, juntos considerados. Em todos os casos, coube às regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste a parcela de cerca de 30% dos recursos enquanto à Região Sudeste eram alocados percentuais acima de 60%; a única exceção, que agrava o quadro, inclusive, foi para o caso da distribuição das bolsas CAPES, em que o percentual da Região atingiu 84,7% e as demais regiões compartilharam, entre si, os 15,14% restantes.

Essa visão geral é ainda grave, quando se analisa a distribuição entre as Regiões, individualmente consideradas: as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estarão sempre em posições inferiores às Regiões Sudeste e Sul. Apenas no indicador relativo bolsas do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a Região Nordeste ultrapassará a Região Sul por uma irrisória diferença de 1,4 pontos percentuais. Mantida a lógica de re-investir onde há investimento, não surpreende que essa configuração se mantenha nos dias atuais, como referimos acima, no alerta de Ramalho e Madeira (2005). E que não se tenha alterado, após 15 anos, aquela configuração heterogênea e desigual, então detectada à época da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do atraso tecnológico: concentram-se, na Região Sudeste, 52,19% dos programas/cursos de Pós-Graduação, seguindo-se a mesma seqüência: Região Sul (19,98%), Nordeste (16,76%), Centro-Oeste (6,9%) e Norte (4,1%). A mesma lógica se reproduz na distribuição de grupos de pesquisa e pesquisadores, conforme dados disponibilizados pelo CNPq/Censo 2004⁴, que podemos visualizar no quadro a seguir:

Distribuição dos pesquisadores por titulação máxima segundo a região geográfica onde o grupo se localiza – 2004⁵

Região	Pesquisadores	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Não Informado
Sudeste	40.094	28.838	7.321	1.409	1.994	532
Sul	19.544	10.312	6.889	1.335	808	200
Nordeste	12.480	7.294	3.807	710	522	147
Centro-Oeste	6.002	3.632	1.647	366	282	75
Norte	3.716	1.722	1.360	305	249	80
BRASIL⁶	81.836	51.798	21.024	4.125	3.855	1.034

Fonte: CNPq

Prosseguindo, então, na vigência do 2º Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (1982-1985) foi criado, em 1984, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), o qual editou, em 1998 (já na vigência do 3º PNPG – 1986-1989), o Documento Básico (compreendido como PADCT III), correspondente à segunda fase do acordo Brasil-Banco Mundial, projetada para iniciar a partir de 2001. Nós não contamos com um 4º PNPG, mas o período que se seguiu foi permeado por



um conjunto de medidas que regulam a Pós-Graduação e a pesquisa. Assim destacaram, também, Ramalho e Madeira (2005):

- a) intensificação da capacitação docente das instituições de ensino superior, priorizando os estabelecimentos universitários para atender à expansão do ensino da graduação e à elevação da qualificação acadêmica;
- b) formação de profissionais de alto nível para atender às demandas dos diversos mercados de trabalho nos setores públicos e privados;
- c) redução do tempo de titulação médio na Pós-Graduação, julgando-se que os tempos são elevados em razão do próprio modelo seqüencial em que se tem o mestrado como etapa prévia para o doutorado, faltando uma visão ampla de programa de Pós-Graduação;
- d) reorganização da estrutura de financiamento da Pós-Graduação;
- e) aprimoramento constante da qualidade dos programas utilizando um modelo de avaliação pautado em indicadores internacionais;
- f) proposição de ações para reduzir o desequilíbrio regional por intermédio de estratégias que promovam a fixação de competências acadêmicas e de pesquisa.

A partir daí, difundiram-se os Fundos Setoriais, modalidade introduzida no meio acadêmico e científico que alterou o modelo de gestão dos programas de desenvolvimento científico e tecnológico, enfatizando a instalação de cadeias ou redes com condições de agregar instituições e pesquisadores no processo de produção do conhecimento e da inovação tecnológica.

Ao lado dessa recomposição de caráter histórico, é preciso considerar também que, inevitavelmente, o processo de implantação de uma plataforma tecnológica e científica comporta posturas e valores, e veicula noções acerca de modelos de desenvolvimento nem sempre compatíveis nas suas dimensões econômica e social, muitas vezes tratadas de modo dissociado, como é o caso do Brasil. Por sua vez, o processo se vê também abalado

por períodos de escassez de recursos, por carência de pessoal especializado, pela inadequação das suas propostas e metas à(s) realidade(s) nacional ou de suas Regiões, assim como, pela indefinição ou pelo não reconhecimento do papel que a educação deveria preencher junto às estratégias de desenvolvimento. Questões que retornam sobre os desafios econômicos e sociais e geram impactos de toda ordem. E, nesse jogo de possibilidades e obstáculos, caminhamos na história.

Estamos, hoje, na vigência do 5º PNPG (2005-2010), o qual foi aprovado há pouco mais de um ano em 5 de janeiro de 2005. Como dizem Ramalho e Madeira, o 5º PNPG

[...] incorpora, o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do país. Nele, a educação é uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao potencial científico-tecnológico nacional. Esse Plano propõe, no período de seis anos, dotar o Brasil de mais 16.000 doutores e 45.000 mestres, e prevê um acréscimo no orçamento de bolsas e fomento no valor de R\$ 1,66 bilhões. (RAMALHO; MADEIRA, 2005, p. 74).

226

Nesse sentido, julgo fundamental que possamos reunir as reflexões dos nossos colegas Ramalho e Madeira (2005) na perspectiva de construção de uma agenda⁷ que defenda, ininterruptamente, a continuidade do processo de:

[..] avanço de uma cultura pós-graduada nas regiões (norte e nordeste), incentivando, desde a graduação, a institucionalização da pesquisa no processo acadêmico do ensino-aprendizagem, na construção coletiva do conhecimento histórica, social e politicamente relevante. (RAMALHO; MADEIRA, 2005, p. 80).

Nesse sentido, o Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED) Norte/Nordeste encaminhou as seguintes indicações para o Plano de Ação da nº 2005/2007, na perspectiva de realização de um trabalho articulado entre ANPEd, FORPRED-Nacional e FORPRED Norte/Nordeste:



- a) apoio às estratégias e medidas identificadas pelos Programas para a elevação dos seus conceitos (ex.: Mestrados com 3 para 4 e 5, doutorados com 4 para 5 e 6);
- b) acompanhamento permanente e direto ao processo de correção da coleta 2004/2005 bem assim aos seguintes, com redobrada atenção para a próxima avaliação trienal e assessoramento aos programas novos;
- c) realização de um programa de visita às Fundações de Amparo à Pesquisa em cada Estado do Norte e Nordeste para a definição e a implantação (urgente) de programas locais de apoio aos grupos de pesquisa vinculados aos Programas e às suas publicações;
- d) intensificação dos contatos com um Representante da Área de Educação na CAPES e com a CAPES para assegurar critérios de avaliação que garantam a sustentabilidade, a estabilidade e a consolidação dos Programas, sem prescindir dos requisitos de qualidade, mas sem atropelar os processos de amadurecimento dos mesmos, nem deixar de reconhecer a trajetória já percorrida por eles;
- e) disponibilidade para acompanhar os Programas de Universidades Estaduais junto aos Conselhos Estaduais de Educação diante de medidas que possam prejudicá-los e/ou intermediar contatos junto ao CNE e/ou INEP em razão das interfaces com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)/ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e regulamentações outras relativas à avaliação institucional de universidades;
- f) defesa do Plano de Ação do FORPRED Norte/Nordeste de apoio à pesquisa e a Pós-Graduação nas Regiões Norte e Nordeste (ora em elaboração);
- g) garantia de permanente articulação das Regiões Norte/Nordeste com as demais Regiões do País, buscando a redução das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais;
- h) compromisso em assegurar aos Programas das Regiões Norte/Nordeste a inclusão em comissões nacionais, fóruns de decisão,



relativos à pesquisa e a Pós-Graduação e ao financiamento de ambas;

- i) apoio ao Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN) 2007 – evento regional da ANPEd, qualificado como evento nacional – inclusive mediante disponibilização da base operacional da ANPEd.

Outro exemplo é o que vivenciamos na Câmara de Educação da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) e, também, junto à Pró-Reitoria da PPG da UNEB e, através, dela, junto às Reitorias das universidades estaduais da Bahia (UNEB); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Buscando consolidar um conjunto de pontos fundamentais para a sustentabilidade dos Programas de Pós-Graduação em Educação, indicamos os seguintes itens:

228

- a) bolsas para complementar as bolsas da CAPES, para garantir o atendimento de pelo menos 50% dos alunos de Pós-Graduação qualificados para receberem bolsa (usando os critérios da CAPES);
- b) passagens aéreas para assegurar que pelo menos 50% das bancas contam com participante de outro Estado;
- c) passagens aéreas para viabilizar a vinda de, pelo menos, 2 consultores internacionais/ano, com projeto de atividades devidamente aprovado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB);
- d) dotação de recursos (ex.: 10.000,00/ano) para aquisição/atualização do acervo bibliográfico especializado, nas áreas de pesquisa do Programa;
- e) apoio aos doutores do Programa que sejam convidados a participar de eventos qualificados pela CAPES, na condição de convidados ou para apresentar trabalho aprovado pela Comissão



Científica do evento, e/ou publicar em revistas com circulação nacional ou internacional;

- f) co-edição (FAPESB/UFBA/UNEB) de, pelo menos, 3 livros/ano, de autores doutores dos Programas que contem/possam contar com a concordância de editoras de circulação nacional, aprovados pela CAEd/FAPESB;
- g) financiamento para traduzir artigos de alta qualidade.

Como vimos, na sua história, o PPGEd/UFRN acompanhou, passo-a-passo, a história da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. E nos ensinou a grande lição da generosidade. A sua inserção nas regiões Norte e Nordeste deu, às essas regiões, uma conotação singular. Sua marca, a generosidade, se vê facilmente, pois, como nos revela André Comte-Sponville nas suas construções poéticas e filosóficas, "A generosidade nos leva em direção aos outros." (1977a, p. 113). Esta é a lição que o PPGEd/UFRN tem dado ao Brasil no sentido de construir a cooperação acadêmica para crescermos em pesquisa e Pós-Graduação no País e, em especial, nas Regiões Norte e Nordeste.

229

Notas

- 1 Este artigo é fruto da palestra proferida em 26 de junho de 2006, por ocasião da inauguração do prédio "Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 2 Os Cursos/Programas são apresentados conforme legendas: *Cursos*: M – Mestrado Acadêmico, D – Doutorado, F – Mestrado Profissional. *Programas*: M/D – Mestrado Acadêmico/Doutorado, M/F – Mestrado Acadêmico/Mestrado Profissional, D/F – Doutorado/Mestrado Profissional, M/D/F – Mestrado Acadêmico/Doutorado/Mestrado Profissional. Data da última atualização, pela CAPES: 19 de junho de 2006. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2006.
- 3 Mensagem encaminhada, em 12 de maio de 1947, ao Congresso Nacional, pelo presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra. O Conselho Nacional de Pesquisas foi criado pela Lei nº 1.310, 15 de janeiro de 1951, diretamente ligado à Presidência da República, situação alterada no regime militar, quando esteve subordinado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN).
- 4 Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/censo2004/sumula_estat/index_pesquisadores.htm>. Acesso em: 24 jun. 2006.
- 5 Não existe dupla contagem no âmbito de cada região.

- 6 Valores obtidos por soma (há dupla contagem, tendo em vista que o pesquisador que participa de grupos localizados em mais de uma região foi computado uma vez em cada região).
- 7 “Para isso, fazem-se necessários recursos de várias ordens: (a) insistir no empenho relativo à iniciação científica dos graduandos, continuando o bem-sucedido programa de incentivo institucional de bolsas, em especial o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); (b) ampliar, não só quantitativa, mas qualitativamente, o engajamento de novos professores pesquisadores no Sistema Nacional de Pós-Graduação e apoiar o avanço da pós-graduação nas instituições de ensino superior estaduais das duas regiões; (c) consolidar os grupos de pesquisa para a produção e a difusão do conhecimento e para fornecerem base e consistência ao desenvolvimento da pós-graduação; garantir condições à produtividade acadêmica e científica dos grupos e das linhas de pesquisa, de modo que se destaque a participação regional no conjunto do país; (e) apoiar a consolidação e a emergência de lideranças, para que seja possível desenvolver a participação regional, ocupando espaços junto à instâncias de decisão, órgãos formuladores e implementadores das políticas, dada a constatação de que (f) as duas regiões carecem de maior representatividade em todas as esferas do sistema nacional de educação.” (RAMALHO; MADEIRA, 2005, p. 80).

Referências

ANDRADE, Arnon de. Política e afeto na produção de identidades e instituições: a experiência potiguar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 133-138, set./dez. 2005.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (1991)**: causas e dimensões do atraso tecnológico. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1994.

COMTE-SPONVILLE, André. **Bom dia, angústia!** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 70-81, set./dez. 2005.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1987.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.



Profa. Dra. Nadia Hage Fialho
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia
Coordenadora do FORPRED/ANPEd-Regional Nacional do Nordeste
Líder do Grupo de Pesquisa em Educação,
Universidade e Região, Diretório Nacional do CNPq
E-mail | nadahfialho@gmail.com